

Coletivo LGBT Sem Terra: o rural e os novos projetos de famílias homoparentais em assentamentos do MST em Minas Gerais, Brasil

Collective LGBT Sem Terra: the rural and the new projects of homoparental families in MST settlements in Minas Gerais, Brazil

Colectivo LGBT Sem Terra: lo rural y los nuevos proyectos de familias homoparentales en asentamientos del MST em Minas Gerais, Brasil

 <https://doi.org/10.47456/simbitica.v10i2.39935>

Bruno Monteiro Duarte

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil. Mestre em Extensão Rural pela mesma instituição. Atualmente, é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: bruno.duarte@ufv.br

Douglas Mansur da Silva

Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ), Brasil. Mestre em Antropologia Social pela UNICAMP. Professor Associado III da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: douglasmansur@id.uff.br

RESUMO

O presente artigo buscou investigar os projetos de vida de cinco sujeitos, de diferentes assentamentos rurais do Estado de Minas Gerais, que manifestam um gênero e/ou uma sexualidade dissidente e que formaram em 2014, no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Coletivo LGBT Sem Terra de Minas Gerais. A partir de uma metodologia qualitativa de entrevistas de história de vida, realizadas no ano de 2020, procurou-se pensar como esses LGBT Sem Terra transformaram e constituíram seus projetos de vida no meio rural. Baseado nos resultados da pesquisa, concluiu-se que o engajamento na rede LGBT Sem Terra alterou os projetos individuais das(os) interlocutoras(es), como as pretensões de construir famílias homoparentais monogâmicas no interior do universo rural mineiro. Ao mesmo tempo, elas(es) assumiram novos projetos coletivos pela luta por respeito à diversidade sexual e de expressão de gêneros nos assentamentos e no MST.

Palavras-chave: sexualidade; projeto de vida; MST; ruralidades.

ABSTRACT

This article sought to investigate the life projects of five subjects, from different rural settlements in the State of Minas Gerais, who manifest a dissident gender and/or sexuality and who formed in 2014, within the Landless Rural Workers Movement (MST), the Landless LGBT Collective of Minas Gerais. Based on a qualitative methodology of life history interviews, carried out in the year 2020, we tried to think about how these Landless LGBT transformed and constituted

their life projects in rural areas. Based on the results of the research, it was concluded that the engagement in the LGBT Sem Terra network changed the individual projects of the interlocutors, such as the pretensions of building monogamous homoparental families within the rural universe of Minas Gerais. At the same time, they took on new collective projects in the fight for respect for sexual diversity and gender expression in the settlements and in the MST.

Keywords: sexuality; life project; MST; ruralities.

RESUMEN

Este artículo buscó investigar los proyectos de vida de cinco sujetos, de diferentes asentamientos rurales del Estado de Minas Gerais, que manifiestan un género y/o sexualidad disidente y que se formaron en 2014, dentro del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), el Colectivo LGBT Sin Tierra de Minas Gerais. A partir de una metodología cualitativa de entrevistas de historia de vida, realizada en el año 2020, buscamos pensar cómo estos Sin Tierra LGBT transformaron y constituyeron sus proyectos de vida en las zonas rurales. Con base en los resultados de la investigación, se concluyó que la participación en la red LGBT Sem Terra cambió los proyectos individuales de los interlocutores, como las pretensiones de construir familias homoparentales monógamas dentro del universo rural de Minas Gerais. Al mismo tiempo, asumieron nuevos proyectos colectivos en la lucha por el respeto a la diversidad sexual y la expresión de género en los asentamientos y en el MST.

Palabras clave: sexualidad; proyecto de vida; MST; ruralidades.



Introdução

Na década de 1970, foi criado na região Centro-Sul do Brasil o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Fruto da articulação das lutas pela terra e por reforma agrária (MST, 2020b), o movimento¹ rapidamente se expandiu por quase todas as regiões do Brasil. Atualmente, o MST está presente em 24 estados brasileiros e conta com mais de 350 mil famílias assentadas ou que estão em acampamentos organizados pelo movimento (MST, 2020b), números que permitem caracterizá-lo como maior movimento social rural do Brasil e que, nos anos recentes, deu início à organização e visibilização de pautas diversas em seu interior, como as raciais, de gênero e de sexualidade (Duarte, Doula, Silva, 2020).

Nesse sentido, no ano de 2014, um grupo de sujeitos LGBT², integrantes das bases do MST, criou uma rede denominada Coletivo LGBT Sem Terra. Essa rede foi legitimada durante o Encontro da Coordenação Nacional do MST, ocorrido naquele ano na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema, no estado de São Paulo, no qual lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais uniram-se com o objetivo de levantar novas bandeiras de luta no interior do movimento.

Nos últimos oito anos, essa rede consolidou-se no interior do MST, ganhando visibilidade nas mídias sociais e nos eventos do movimento, além da aprovação para participação na Direção Nacional do MST, em 2019. Portanto, o coletivo se coloca na busca de uma ressignificação dos valores e dos discursos hegemônicos heteronormativos³ dentro do movimento, dos assentamentos e da sociedade (MST, 2020a).

A rede LGBT Sem Terra está presente em quase todos os estados brasileiros, sendo que em Minas Gerais o coletivo conta com a participação de dezenas de integrantes, distribuídos pelas cinco regionais (MST, 2020b). São sujeitos com perfil etário jovem, que estão se mobilizando nos assentamentos e acampamentos mineiros a partir de sua militância no Coletivo LGBT Sem Terra. Neste trabalho, realizamos entrevistas de história de vida com cinco sujeitos pertencentes ao Coletivo LGBT Sem Terra do estado de Minas Gerais, sendo cada interlocutor(a)⁴ de uma regional

¹ Empregamos a palavra “movimento” para nos referir ao MST, por ser uma categoria nativa que se difundiu, não somente na linguagem militante de assentadas(os), mas também nos trabalhos acadêmicos.

² Adotaremos no presente trabalho a sigla “LGBT”, mas reconhecemos também que tal terminologia está sujeita a contestações e disputas. Essas categorias identitárias são utilizadas ao longo do trabalho mais como categorias políticas das(os) interlocutoras(es) da pesquisa do que como uma dimensão teórica do trabalho. Logo, a categoria “LGBT” foi empregada principalmente por se tratar de uma categoria nativa das(os) interlocutoras(es).

³ “Por heteronormatividade, entende-se a reprodução normativa de práticas e códigos heterossexuais, sustentada pelo casamento monogâmico, amor romântico, fidelidade conjugal, constituição de família (esquema pai-mãe-filhos). Na esteira das implicações da aludida palavra, tem-se o heterossexismo compulsório, sendo que, por esse último termo, entende-se o imperativo inquestionado e inquestionável por parte de todos os membros da sociedade com o intuito de reforçar ou dar legitimidade às práticas heterossexuais” (Foster, 2001:19).

⁴ Analisamos inúmeras possibilidades para integrar um tratamento de gênero na escrita do texto, e que levasse em consideração a tentativa de evitar uma leitura incômoda. Nesse sentido, optamos pela colocação de “as(os)”, antecipando o feminino ao masculino.

do estado: Sul, Triângulo Mineiro, Zona da Mata, Vale do Jequitinhonha e Metropolitana. Por meio destas entrevistas de história de vida, procuramos entender como as(os) cinco interlocutoras(es) dessa pesquisa vivem, pensam e falam sobre as suas próprias existências, uma investigação social focada em compreender as transformações e as constituições de novos projetos de vida.

Não podemos desconsiderar que os corpos dissidentes que compõem a rede LGBT Sem Terra, além de possuírem uma performatividade transgressora das condutas de gêneros heteronormativas, possuem também outros marcadores que produzem e reverberam desigualdades para além do campo sexual e de gênero. Não é ser somente afeminado/masculinizada ou ser transexual, mas também são sujeitos jovens, de uma determinada classe, muitas(os) são negras(os) e vivem no mundo rural. Tudo isso diferencia esses sujeitos, porém, no final, todas(os) possuem igualmente uma posicionalidade política passível de estigmatização e violência, o ser “sem terra”.

Pensar as histórias de vida desses sujeitos se mostrou fundamental, pois algumas questões ainda permanecem ausentes em determinadas áreas da ciência, fazendo com que os sujeitos LGBT sejam silenciados. A temática que envolve LGBT é tida, muitas vezes, como subalterna para o entendimento do campesinato frente a temas mais valorizados nessa hierarquia de trabalhos acadêmicos, como família, terra e trabalho – um tripé privilegiado por estudiosos clássicos do meio rural. Nesse sentido, as pesquisas sobre o rural brasileiro não tinham e não têm, em sua maioria, as sexualidades como centro em suas discussões (Ferreira, 2008).

Ao encontro disso, o MST mesmo sendo um importante movimento social, que integra um expressivo grupo social de trabalhadores rurais e com uma grande capilaridade nos universos rurais brasileiros, há, como destaca Magrini (2015), uma ausência de estudos sobre gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades em diálogo com o MST. O autor argumenta que, dentro das produções sobre o MST, é quase inexistente a temática da sexualidade e, quando há, é pouco profunda e discreta, necessitando de uma análise mais crítica. De acordo com ele: “os estudos sobre sexualidade no meio rural parecem completamente invisibilizados, resumindo-se a ínfimos trabalhos pouco profundos e que levam pouco em consideração o aspecto ‘rural’ em questão” (Magrini, 2015:32). Além disso, esses trabalhos não produzem uma problematização quanto às expressões de gênero e sexualidades dissidentes (Gonçalves, 2005).

No entanto, nos últimos dez anos, o número de pesquisas que buscaram refletir e analisar os sujeitos de sexualidade e expressões de gênero dissidentes no meio rural brasileiro cresceu, muito por influência de pesquisadoras(es) localizadas(os) fora dos grandes centros urbanos brasileiros – mas não só –, principalmente a partir da interiorização das Instituições de Ensino Superior (IES) e seus respectivos programas de pós-graduação em Antropologia, Sociologia e Ciências Sociais. Esses trabalhos recentes vêm se mobilizando em grupos de estudos em universidades interioranas

(principalmente no Nordeste, Centro-Oeste e Norte do Brasil, como UFPE, UFAM, UFMT, UFPI, dentre outras).

O problema de pesquisa aqui apresentado procura contribuir para superar a pouca produção de trabalhos acadêmicos, no Brasil e no mundo, sobre os sujeitos LGBT que vivem no meio rural e, principalmente, no interior dos assentamentos rurais. Ao mesmo tempo em que o campo científico se mostra engessado em um modelo de “homem” camponês, os próprios sujeitos rurais vêm se mobilizando e refletindo sobre a temática em torno das sexualidades e gêneros tidos como dissidentes, o que se pode perceber tanto na formação da rede LGBT Sem Terra quanto na presença e defesa dessa comunidade dentro dos textos e documentos oficiais do MST, nos anos recentes.

Logo, as histórias de vida – ou mesmo as biografias, as memórias e as trajetórias individuais – desses sujeitos tem, como propõe Velho (2003), uma grande relevância como elementos constituidores da coletividade, e não apenas um elemento individual que estaria contido no interior dessa coletividade. Essas vivências dos sujeitos são olhadas aqui a partir das suas múltiplas relações, que podem ser contraditórias e conflitantes. Nesse sentido, demonstra-se a importância de pensar os projetos das(os) LGBT Sem Terra que, de certo modo, não só organizam, como também dão sentido às suas próprias histórias de vida.

Portanto, o presente trabalho tem por objetivo compreender como os LGBT Sem Terra de Minas Gerais (Brasil) transformaram e constituíram seus projetos de vida no meio rural. Ao mesmo tempo em que se buscou pensar especificamente como o engajamento na rede LGBT Sem Terra alterou os projetos individuais das(os) interlocutoras(es), como as pretensões de construir famílias homoparentais monogâmicas no interior do universo rural mineiro.

Metodologia

O presente trabalho parte de uma metodologia qualitativa, baseada no método de entrevistas de história de vida. Esse método foi utilizado com o objetivo de acessar os projetos de vida desses sujeitos que compõem o Coletivo LGTB Sem Terra, trabalhadores rurais, residentes nos assentamentos/acampamentos do estado de Minas Gerais. Em termos analíticos, configuram-se como uma categoria social específica, levando em consideração a sua ideologia e sua sexualidade e/ou gênero dissidente dos padrões heteronormativos. Podemos dizer que esses personagens formam uma rede social, que se movimenta e articula dentro de outro movimento social mais amplo e estruturado (o MST), no entanto, dentro dessa rede há grupos de sujeitos que se mobilizam e interagem de forma mais regular e autodefinida.

A pesquisa desenvolvida contou com a participação de cinco sujeitos que são atuantes dentro do coletivo e que residem em assentamentos ou acampamentos do MST no estado de Minas

Gerais. São pessoas jovens que vivenciam uma sexualidade ou gênero dissidente e compõem o Coletivo LGBT Sem Terra. As(os) interlocutoras(es) são: Francielly Ocupa Tudo Boca de Veludo (Regional Zona da Mata); Magrips (Regional Triangulo Mineiro); Beatriz (Regional Vale do Jequitinhonha); Gisele (Regional Sul) e Igor (Regional Metropolitana). Vale ressaltar que as(os) interlocutoras(es) foram designadas(os) por pseudônimos escolhidos por elas(es) mesmas(os), individualmente, demonstrando como elas(es) gostariam de ser identificadas(os) em textos acadêmicos.

Por meio das entrevistas de história de vida, buscamos pensar as narrativas, as trajetórias, os projetos e os conflitos desses sujeitos LGBT Sem Terra, que vivem em um ambiente rural e que são engajados em um movimento social. Nessa etapa da investigação social da pesquisa, procuramos, por meio das entrevistas de história de vida, encontrar dados socioculturais daquilo que o sujeito é e faz, no nosso caso, as(os) LGBT Sem Terra.

Assim como defende Brandão (2007), a entrevista de história de vida foi pensada como um recurso metodológico de cunho qualitativo, que nos permitiu refletir sobre as narrativas do próprio sujeito LGBT Sem Terra na construção da sua história acerca de si mesmo. Dessa forma, o autor argumenta também que as entrevistas de história de vida têm como elemento central a sustentação do Eu, o que inclui também o investimento emocional e subjetivo do narrador (Brandão, 2007).

A história de vida, enquanto método, tem como característica o seu caráter individual e único, no qual o sujeito narra a sua história a partir das próprias perspectivas e experiências vivenciadas (Lalanda, 1998). Logo, as histórias narradas pelos sujeitos são visões particulares do mundo e de si próprio, contendo toda uma carga de subjetividade. Ao longo de todo o processo das entrevistas de história de vida reuniu-se um conjunto de sentimentos, de re-experimentações e de recordações de eventos. As entrevistas de história de vida são um constate exercício de autorreflexão, durante as quais mais de um interlocutor expressou que: “eu nunca parei para pensar, tô parando para pensar agora que você perguntou isso” (interlocutora Beatriz, 2020).

Portanto, Brandão (2007) defende que, por se tratar da sua própria vivência, a história de vida não deve e não pode ser um relato objetivo e cansativo dos eventos experimentados pelo narrador ao longo da sua vida, uma vez que a narrativa do sujeito será repleta de afetividade, e nunca de forma desinteressada, pois é nela que o sujeito se reencontra e se reafirma como diferente dos outros sujeitos. Tal método se mostrou importante para acessar os projetos de vida, individuais e coletivos, das(os) interlocutoras(es).

Em relação aos sujeitos que contribuíram para a construção deste trabalho, por meio das entrevistas de história de vida, a aproximação se deu pelo contato inicial com duas pessoas que fazem parte da militância e articulação do Coletivo LGBT Sem Terra, no início do ano de 2020. Contudo, nesse período, assistiu-se à emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da

doença Covid-19. Nesse sentido, as entrevistas de história de vida que seriam realizadas de forma presencial tiveram que ser adaptadas para o formato remoto/videoconferências. Além disso, devido às dificuldades de acesso à internet e comunicação das(os) LGBT Sem Terra – agravadas no período de pandemia –, e também pelas diversidades territoriais e socioculturais do estado de Minas Gerais, optamos por realizar as entrevistas de história de vida com apenas uma(um) representante de cada grupo regional mineiro do Coletivo LGBT Sem Terra, oriundas(os) das seguintes regiões: Zona da Mata, Sul, Triângulo Mineiro, Vale do Jequitinhonha e a regional Metropolitana.

A pessoa selecionada para representar cada região foi indicada pelo próprio coletivo, que a escolheu a partir de critérios internos do grupo e de maior atividade/participação dentro da rede. A partir dessa seleção interna feita pela própria rede LGBT Sem Terra, entramos em contato com as pessoas indicadas, e realizamos diversas conversas e aproximações com cada participante, coletiva e individualmente, para uma posterior entrevista de história de vida via videoconferências pelo aplicativo do WhatsApp, em aparelhos smartphones, pois seriam gratuitas e de mais fácil acesso. Mesmo assim, tivemos algumas dificuldades, devido ao difícil acesso à internet no meio rural, fazendo com que algumas(ns) das(os) participantes tivessem que se locomover até centros urbanos próximos para a realização das entrevistas.

Cada entrevistas teve, em média, 120 minutos de duração, sendo realizadas duas ou três entrevistas virtuais com cada participante. As entrevistas de história de vida seguiram um roteiro pré-estruturado de perguntas abertas composto de oito grupos de questões, que buscaram aprofundar e explorar pontos das trajetórias, subjetividades e projetos de vida das(os) interlocutoras(es), são eles: 1) Apresentação inicial das interlocutoras(es); 2) Círculo parental/familiar das(os) interlocutoras(es); 3) A experiência na roça; 4) A vivência LGBT; 5) O Coletivo LGBT Sem Terra; 6) Profissões e trabalho no cotidiano; 7) Perspectivas para o futuro; e, 8) Dados pessoais (idade, onde mora, raça, dentre outros).

Projeto de vida: uma breve revisão bibliográfica

O presente trabalho buscou, a partir de entrevistas de história de vida, refletir sobre como cinco jovens LGBT Sem Terra transformaram e constituíram seus projetos de vida no meio rural mineiro. Nesse sentido, é fundamental pensar sobre a conceituação da categoria analítica de “projeto de vida”. O antropólogo Gilberto Velho (2003:103) argumenta que ela pode ser compreendida como “um instrumento básico de negociação da realidade com outros atores, indivíduos ou coletivos”. Portanto, o projeto seria uma forma de comunicação e de expressão de “interesses, objetivos, sentimentos, aspirações para o mundo” (Velho, 2003:103).

Para o autor, os projetos se desenvolvem a partir de um campo de possibilidades, resultado de processos sócio-históricos macro, a partir dos quais os sujeitos possuem o potencial de ressignificar os seus projetos, evidenciando assim um grau de potencialidade transformativa por eles detida. Velho (2003) mostra a importância do conceito de campo de possibilidades para se entender como os projetos se modificam no decorrer das trajetórias de vida dos sujeitos.

As relações sociais constituídas, negociadas e reformuladas pelas(os) interlocutoras(es) – no interior dos seus núcleos familiares, de vizinhanças assentadas, dos ofícios do trabalho, das religiosidades, da posicionalidade política, dentre outros – são configurações do campo de possibilidades desses sujeitos. Campo de possibilidades esse no qual os sujeitos se movem ora mais pressionados, ora menos coagidos, como argumenta Velho (2003).

Logo, são nas interações que os projetos dos sujeitos existem, interações essas que podem ser entre vários sujeitos ou até mesmo na própria intersubjetividade de uma única pessoa. É estabelecida assim uma ponte entre a subjetividade e a sociabilidade, relação essa que Koury (2009) destaca na obra de Gilberto Velho.

A noção de projeto individual para Velho não é um fenômeno puramente interno e subjetivo, mas, formulado e elaborado dentro de um campo de possibilidades, e circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo, quanto das temáticas, prioridades e paradigmas culturais existentes (Koury, 2009:71).

Nesse sentido, torna-se fundamental pensar os projetos construídos e reformulados pelas(os) interlocutoras(es) e sua relação com os ambientes de militância do movimento, mais especificamente no interior do Coletivo LGBT Sem Terra, uma rede que propicia diversos lugares de conformação sucessiva de experiências. Esses diversos espaços, nos quais os sujeitos estão inseridos, complexificam o nível biográfico, suas oposições e seus conflitos.

O Coletivo LGBT Sem Terra e os projetos de vida

As(os) interlocutoras(es) LGBT Sem Terra transitam nos seus cotidianos por diversas esferas sociais; como exemplo, temos indivíduos que podem ter uma sexualidade dissidente, ser sem terra, participar de uma rede política sobre agroecologia, ser ativo no movimento negro ou de juventude, ser agricultor familiar, possuir um determinado gosto musical, compartilhar de uma religiosidade católica, exercer ofícios no ambiente urbano, e muitas outras coisas. Portanto, o cotidiano desses sujeitos é um constante trânsito entre diversas esferas de significados, que mobilizam aspectos diferentes de sua experiência social. Esses inúmeros papéis que vivem e os diversos códigos que mobilizam lhes concedem um amplo repertório simbólico e cultural.

Ao longo das narrativas das(os) interlocutoras(es), é perceptível essa tensão entre a formação da subjetividade e a procura por alianças e redes sociais, como a constituição da rede

LGBT Sem Terra. Sujeitos rurais, que vivem em assentamentos e acampamentos mineiros, mas que passaram por uma “transformação” após a adesão ao coletivo, transformação essa narrada por todas(os) interlocutoras(es). Ao se integrar no coletivo, esses sujeitos iniciam um intenso processo de interação com diversas pessoas e segmentos distantes territorialmente, estando muitas vezes em outros estados brasileiros. Esse trânsito entre domínios diversos possibilita a constituição de identidades políticas diversas, que não seriam possibilitadas caso esse câmbio não fosse viabilizado.

Portanto, o ativismo no Coletivo LGBT Sem Terra foi narrado como uma possibilidade de reconhecimento e compartilhamento de experiências que antes eram, muitas das vezes, vividas em “segredo”. O “viver no armário” aparece em diversas falas das(os) interlocutoras(es) como uma forma de se proteger ou se esconder dos estigmas presentes ao longo de toda a sua trajetória de vida, que é transformado e ressignificado com a adesão ao Coletivo.

Expressões como “viado”, “bicha”, “afeminado” ou “fresco” – com denotação pejorativa – foram e são exprimidas contra as(os) interlocutoras(es) quase que cotidianamente. Como defende Goffman (1988), tais termos e práticas buscam quase sempre designar os que pertenceriam e os que não pertenceriam a um determinado grupo – ou, no caso das(os) interlocutoras(es), as(os) que seriam dissidentes e as(os) que não seriam dissidentes sexualmente. Elas(es) narram diversas passagens em suas histórias de vida que demonstram como tal vocabulário é acionado como forma de rejeição ou mesmo de repúdio a elas(es). São estigmas que se materializam e colocam esses sujeitos como impossibilitados para aceitação social plena (Goffman, 1988).

Esse processo de violência perpassa toda a infância e, na adolescência, culmina com o ritual de passagem realizado por todas(os) as(os) cinco interlocutoras(es), que é o de se “assumir” como “LGBT” para o seu grupo familiar. Esse processo de não vivenciar sua sexualidade de forma “aberta e livre” faz parte de um sistema de dispositivos de regulações da vida dos LGBT. Nesse sentido, a partir da teoria do Goffman (1988), podemos pensar como esses sujeitos constroem e movimentam as suas “fachadas” diante das outras pessoas; um sistema empregado por eles de modo intencional ou inconscientemente que viabiliza a transmissão da sua “fachada pessoal” (Goffman, 1988).

A não expressão da sua “verdadeira essência” entre amigos e familiares é, para as(os) interlocutoras(es), uma experiência fundante na formação das suas subjetividades. O segredo, o medo e o amor oculto são retidos no interior das suas intimidades, segredos trancados a sete chaves dentro dos “armários”, como denominado pelas(os) interlocutoras(es). Sedgwick (2007) propõe uma teorização que pensa esse regime de visibilidade enquanto um dispositivo que ultrapassa os LGBT e se constitui como promotor e garantidor de privilégios aos que se enquadram dentro da ordem heterossexista, com suas instituições, valores e possibilidade de exteriorizar suas subjetividades livremente.

No entanto, as(os) interlocutoras(es) argumentaram que o Coletivo LGBT Sem Terra se tornou um lugar possível de vivência da sua sexualidade dissidente. O ato de sair do “armário” – ou vivenciar sua sexualidade “abertamente” – possui muitas peculiaridades no meio rural ou em um assentamento rural mineiro. Essas singularidades ultrapassam questões socioeconômicas e estão na própria forma da constituição das experiências sociais do desejo, do segredo, da dor e da vergonha na juventude das(os) interlocutoras(es) LGBT Sem Terra.

Como constatado por Magalhães (2017), o vivenciar de uma sexualidade dissidente no meio rural deve ser entendido como um evento de dimensões e alcances distintos do praticado no meio urbano. As(os) interlocutoras(es) vivem em assentamentos ou acampamentos rurais com uma grande dispersão geográfica, com exceção de Igor, que mora no assentamento na região metropolitana de Belo Horizonte. Longe dos centros urbanos e com relativa dificuldade de transporte e de comunicação, percebe-se como a infância e a adolescência desses sujeitos foram marcadas pelo funcionamento de uma rede de afinidade local, com um número limitado de pessoas. Na visão delas(es), essa rede comunitária desempenha uma relativa vigilância e controle, como descrito pela interlocutora: “aqui todos se conhecem. Se não somos parentes, somos vizinhos de cerca. Todos sabemos de todo mundo. Até se intromete na vida do outro mesmo” (Interlocutora Beatriz, 2020).

Ao fazer parte do coletivo, nos últimos oito anos, esses sujeitos construíram uma rede de afinidade: uma amizade com pessoas que vivenciam situações parecidas com a suas. Pessoas que não só compartilham da mesma “luta”, mas que também construíram amizades e encontraram um “ombro amigo para desabafar” os segredos das vivências nos “armários”⁵. Ao narrarem esse lugar que o coletivo assume nas suas vidas, as(os) interlocutoras(es) demonstram como o coletivo rompe com a solidão de viver em um assentamento sem, ou com pouquíssimos, “iguais”.

É possível que os novos sujeitos que entrem no Coletivo LGBT Sem Terra possuam um projeto individual que futuramente poderá ser influenciado e transformado, pois a viabilidade desses projetos vai depender das relações e dos jogos com outros projetos, individuais ou coletivos. Os seus projetos individuais passam por interações com outros projetos em um campo de possibilidades, a partir de lógicas e paradigmas culturais comungados por grupos localizados (Velho, 2003). Por isso são complexos e os sujeitos podem possuir projetos distintos e até antagonistas; ao mesmo tempo em que seus projetos não são fixos e estáticos, eles podem mudar com o tempo e com as novas relações constituídas.

Nesse sentido, as(os) interlocutoras(es), ao aderirem ao Coletivo LGBT Sem Terra, cultivam o projeto coletivo de apoiar as pessoas LGBT nos assentamentos e acampamentos do MST, ao mesmo tempo em que buscam levar as bandeiras LGBT para o interior do MST. Esse projeto

⁵ Termo utilizado pelas(os) interlocutoras(es) da pesquisa.

coletivo, reforçado por todas(os) interlocutoras(es), vem se consolidando e ganhando espaço. Exemplo disso são os diversos avanços, como a decisão do MST de resguardar uma representação para o Coletivo LGBT Sem Terra na Direção Nacional do movimento. Para esses sujeitos há expectativas e projetos coletivos, mas como Velho (2003:41) coloca: “um projeto coletivo não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham. Existem diferenças de interpretação devido a particularidades de status, trajetória, e no caso de uma família, gênero e geração”.

Esse projeto coletivo das(os) LGBT Sem Terra de apoiar pessoas sexualmente dissidentes e de levar as bandeiras LGBT para o interior do MST, juntamente com as possibilidades propiciadas pelo Coletivo LGBT Sem Terra – como a construção de redes de amizade entre seus membros –, oportunizam que os projetos individuais das(os) interlocutoras(es) sejam reelaborados a partir de um novo lugar. Quando esses sujeitos de sexualidade ou expressão de gênero dissidentes se deparam com uma rede de apoio, que os acolhe e dá voz a uma causa, tanto no âmbito familiar quanto em relação aos vizinhos de assentamentos, elas(es) encontram novas possibilidades de constituição de projetos individuais. Como relata Gisele: “É diferente né?! Quando o movimento apoia a nossa luta, ele (MST) nos dá força, nos ajuda. Isso muda as coisas, as pessoas nos veem diferentes. Isso dá força para nós, mostra que estamos no caminho certo” (Interlocutora Gisele, 2020).

Não dá para dimensionar o grau de influência da rede LGBT Sem Terra na transformação e constituição de novos projetos individuais das(os) interlocutoras(es), mas é evidente nas falas desses sujeitos como o coletivo impactou diretamente seus projetos individuais. Ao analisar os projetos das(os) interlocutoras(es), percebem-se dois pontos principais, dos quais partem todas as narrativas. O primeiro é a luta e a aquisição da terra para o trabalho e morada; o segundo é a constituição de famílias homoafetivas no interior dos assentamentos. Um projeto amoroso homoafetivo e conjugal monogâmico.

Portanto, a rede LGBT Sem Terra surge como um lugar no qual muitas vezes esses sujeitos se “assumem” como LGBT para as(os) suas/seus amigas(os) de coletivo, mas no qual, com o passar dos anos, participando do coletivo, elas(es) também começam a projetar famílias homoafetivas no interior do universo rural (assentamentos), em espaços antes marcados pelo silêncio e pelo medo em suas narrativas.

A partir da história de vida de cinco interlocutoras(es), é difícil afirmar até que ponto esse projeto principal é individual ou é o compartilhado pelo coletivo, mas se percebe nas narrativas como a rede LGBT Sem Terra afetou significativamente as formações dos projetos individuais desses sujeitos, por mais que haja contradições e disputas. Essas contradições são complexificadas

contemporaneamente pela permeabilidade causada pela internet e pelos meios digitais presentes na vida das(os) jovens interlocutoras(es) LGBT Sem Terra.

Outro ponto de destaque é como que, por meio do coletivo, esses sujeitos acessaram outros grupos sociais, passando até a integrar outras redes, como o Levante Popular, Mídia Ninja, movimentos negros e grupos artísticos e culturais. O coletivo foi relatado muitas vezes como um canal, um local que facilitou ou possibilitou que esses sujeitos tivessem contato social com um número cada vez maior de círculos sociais, heterogêneos e fragmentados.

Essa possibilidade de se conectar a outras redes e grupos, para além das cercas dos assentamentos, faz com que as(os) interlocutoras(es) tenham contato com outras realidades e outros projetos coletivos são construídos. Tal cenário se complexifica ainda mais na contemporaneidade, com o acesso ao universo das mídias sociais e a interação digital, tão presente na vida dessas(es) LGBT Sem Terra. São sujeitos conectados, que utilizam dessas ferramentas para contato social com o grupo de forma cotidiana. Isso se torna necessário para elas(es), pois fica difícil a construção de uma rede LGBT no interior da comunidade – em nível local –, tendo em vista que é raro um mesmo assentamento que possua dois, três ou quatro integrantes do Coletivo LGBT Sem Terra.

Essa possibilidade de contato com outros grupos, movimentos sociais e até um ciberativismo entra num processo de negociação, conflito e disputa na constituição dos projetos principais desses sujeitos – como os feministas, o Levante Popular da Juventude, ativismo queer, Mídia Ninja, movimentos negros, dentre outros apresentados pelas(os) interlocutoras(es). Exemplo disso é como esse projeto de constituição familiar homoafetiva no interior dos assentamentos, a partir da instituição do casamento, sofre críticas com base na perspectiva do ativismo queer, para a qual o desejo inquestionável pela vida monogâmica e mononuclear é uma repetição de um padrão heterossexual, problematizando qual o ideal de vida e se ele é mesmo tão idêntico com as relações monogâmicas heterossexuais burguesas.

Novos projetos de famílias homoparentais em assentamentos

A interlocutora Beatriz, ao narrar os seus sonhos e suas expectativas futuras, coloca três pontos importantes: a estabilização profissional, a continuidade na luta pela visibilidade de sujeitos LGBT e a constituição de uma família no meio rural. Esses dois últimos fatores aparecem em todas as entrevistas de história de vida, seja como projeto individual ou coletivo.

No futuro, quero representar e ser a visibilidade LGBT para a minha região, para os acampamentos da minha região. Não só o meu assentamento, mas os vizinhos também. E ser técnica de contabilidade do setor da região, poder contribuir com o desenvolvimento dos meus amigos e vizinhos. E se o criador permitir, casar! Casar não, namorar sério. Quando tiver uma estabilidade boa, ter um filho. Mas isso futuramente, pois hoje tá difícil (Interlocutora Beatriz, 2020).

Já Gisele, mulher transexual, aponta outras aspirações e desejos que perpassam o corpo, mas que também têm na ruralidade o meio de vida.

Hoje eu sou feliz, mas não me sinto completamente mulher, meu sonho é colocar silicone. Esse é um grande desejo que vou realizar ainda. Mas também quero continuar no meu lote, construir minha família, e meu sonho é que aconteça o assentamento e dividam a terra, para eu ficar tranquila e construir minha família. Morar na minha terra e poder casar com uma pessoa boa (Interlocutora Gisele, 2020).

Nesse sentido, Magrips também expõe que, após o grande conflito inicial, hoje consegue vivenciar e “falar abertamente” sobre a sua sexualidade com seus pais e familiares, com “muito acolhimento”⁶. Com orgulho, destaca a transformação ocorrida em relação aos seus familiares: “sempre que alguém para conversar com meu pai, ele vai falar de mim. Vai dizer que sou gay, agrônomo e moro em Uberlândia, hoje ele tem muito orgulho disso de mim” (Interlocutor Magrips, 2020). E continua colocando que planeja um futuro: “quero ter filho. Sonho com uma família, ter filhos, ajudar as pessoas, ter voz para dá para quem não tem. Seria a minha realização pessoal” (Interlocutor Magrips, 2020).

O projeto vivido por Francielly segue essas mesmas colocações, ao apontar que no futuro próximo: “me vejo com meu companheiro, com filhos... Produzindo muito na terra” (Interlocutora Francielly, 2020). Esse desejo pela permanência na terra e até uma lógica de sucessão familiar atrelada à terra e à produção nela, é compartilhado também pelo interlocutor Igor. Atualmente, Igor mora com o seu marido, com o seu pai e a sua sogra. Ao falar sobre os seus sonhos e expectativas, Igor coloca que:

Temos planos de constituir família com filhos nossos. [...] Rural é sonho, misturado com ansiedade. Eu não vivo os sonhos dos meus pais, eu cresci no urbano, não nasci na roça, aprendi com ele [o pai]. Eu não vivo o sonho deles [os pais], mas ao mesmo tempo eu lutei pela terra com eles. Continuar na educação básica, tocar o sítio, cuidar da família, ter meus filhos, ter cachorro, lutar pela reforma agrária. Apesar desse turbilhão, tô tranquilo. Não mudaria nada na vida. O grande erro da nossa família seria se a gente não tivesse entrado [no MST], aí sim eu não estaria aqui fazendo essa discussão de alto nível da minha trajetória, talvez eu seria mais um perdido, mais um homossexual sem trajetória sem vínculo, sem história. Mais um nas estatísticas, ou pobre e sem estudo. É muita luta, mas é esperança também (Interlocutor Igor, 2020).

Cada interlocutor possui projetos mais ou menos alinhados, mas a constituição de novas relações homoafetivas no interior dos assentamentos rurais é um ponto marcante e partilhado com as(os) amigas(os) LGBT Sem Terra. Por último, Igor coloca o seu projeto individual (ou do casal) como:

Daqui uns anos quero me efetivar na educação básica [como professor]. Eu tenho um projeto com meu companheiro de constituir minha família, eu quero muito isso pra daqui uns anos. Hoje nós cuidamos muito dos nossos pais, mas não é eterno, não podemos no

⁶ Termo utilizado pelas(os) interlocutoras(es) da pesquisa.

futuro nos perguntar ‘cadê nossa vida?’. Então, de certa forma, temos que constituir nossa família, ter nossos filhos (Interlocutor Igor, 2020).

Tendo em vista que os sujeitos interlocutores da pesquisa são muito atuantes e com uma importância significativa dentro do coletivo em Minas Gerais, os seus projetos individuais passaram a ser, muitas vezes, atrelados a um determinado projeto coletivo, não só da rede LGBT Sem Terra, mas do próprio MST. Os projetos individuais e coletivos dos LGBT Sem Terra podem ser pensados como uma forma de expressão e articulação de interesses, sentimentos e aspirações desses sujeitos. Como argumenta Velho (2003), as pessoas podem ter mais de um projeto, no entanto, é provável que tenha um projeto principal, mais enraizado, que oriente os outros.

Nesse sentido, a partir das narrativas das(os) interlocutoras(es), percebe-se que existem projetos paralelos – como as aspirações de Beatriz com o futebol feminino ou as expressões artísticas de arte e fotografia da Francielly –, no entanto, todas(os) as(os) interlocutoras(es) apresentam um projeto individual principal e mais valorizado, que é a constituição de relações estáveis, monogâmicas, homoafetivas e amorosas no interior dos assentamentos, com o trabalho na terra e o ativismo no movimento. Quando falo de relações estáveis estou me referindo à formação de um núcleo familiar autônomo e centrado nesses sujeitos de sexualidade dissidente com a(o) sua/seu futura(o) parceira(o), projeto enlaçado com o casamento, ser assentado legal e, conjuntamente com sua/seu companheira(o), ter filhos e “até cachorros”⁷.

“Todo gay quer morar em São Paulo?”

A construção de projetos de famílias homoparentais nos assentamentos rurais do MST, parte de uma questão central presente nas falas das(os) interlocutoras(es), que é a vida no universo rural. O título desse tópico foi um autoquestionamento feito pela interlocutora Francielly (2020), ao defender a ideia de um projeto de vida no meio rural. Para as(os) interlocutoras(es), a dicotomia rural e urbano é norteador de como esses sujeitos se relacionam e negociam as suas sexualidades em determinados ambientes. O sentimento de medo, a experiência do insulto e o receio de violência são constantes na vida desses sujeitos, mas se intensificam claramente quando elas(es) entram nos ambientes urbanizados.

A narrativa do medo e o receio em relação ao universo urbano não são aleatórios nas vivências desses sujeitos, ao narrarem as diversas passagens de violência que a cidade representou para eles. A voz aguda, a transparência de determinadas afeições ou andar de mãos dadas com a(o) namorada(o) são expressões em constante negociação presentes nas narrativas das(os) interlocutoras(es).

⁷ Termo utilizado pela interlocutora Gisele (2020).

Ser lésbica, gay ou transexual no universo rural mineiro é, para esses jovens, uma “luta”, mas que possui expressões diferentes. O rural é tratado em todas as falas como relações veladas e uma rede de interconhecimento muito mais ampla. Nesse sentido, Gisele narra o que é ser LGBT no meio rural:

Ser LGBT no meio rural é maravilhoso, porque o pessoal daqui me aceitam. Os homens, as mulheres e as crianças, todos. Eu já venho lutando com as crianças desde os pequenos até os mais velhos. O pessoal da cidade já tem outra mente, são mais preconceituosos e homofóbicos, tem picuinha. Sempre que vou na cidade, eu sofro: ‘lá vem ela, bichinha, viadinha...’ (Interlocutora Gisele, 2020).

Essa dicotomia criada nas narrativas desses sujeitos foi sempre destacada com certa ênfase pelas(os) cinco interlocutoras(es). Os sentimentos de medo do urbano, de ser vulnerável nele e de vê-lo como um lugar perigoso, preconceituoso e homofóbico em contraposição ao rural, no qual conseguem negociar uma aceitação e o estabelecimento de redes comunitárias protetivas, seja com familiares ou pela constituição do coletivo. As(os) interlocutoras(es) não colocam, contudo, esse espaço como um ambiente idealizado, mas sim com relações de pressões e questionamentos velados ou dissimulados em torno das suas sexualidades e gêneros dissidentes.

O meu curso era extremamente machista, eu achava que era brincadeira... quando eu cheguei no assentamento a minha sexualidade não foi um empecilho, não foi algo apontado. Na graduação, na cidade, sempre tinha esse estereótipo, que era reforçado, era uma luta diária. Vir para o movimento foi algo espontâneo, me senti sempre muito acolhido. Não que não tenha, estamos na mesma sociedade, mas as relações são diferentes, mais suáveis e menos violenta (Interlocutor Magrips, 2020).

Eu prefiro mil vezes morar na roça. Faz falta cidade, faz! Mas se eu morasse na cidade, eu não teria o conhecimento que tenho hoje. Na cidade é muito difícil. Ser LGBT aqui no assentamento é conquista e força. Nós sofremos os mesmos preconceitos e as mesmas violências que na cidade, mas aqui temos proteções, família, vizinhos, amigas... Na cidade ninguém se conhece (Interlocutora Francielly, 2020).

Os sentimentos cultivados em torno do universo urbano por esses cinco sujeitos (gays, lésbica ou transsexual) vão contra uma visão preconcebida, de que “pessoas LGBT” tenderiam a buscar o universo urbano das grandes cidades, pois lá encontrariam maiores redes de sociabilidade de sujeitos dissidentes sexualmente, maior independência econômica e distanciamento do núcleo familiar. As(os) interlocutoras(es) apontam destacadamente a criação do coletivo como uma rede de sociabilidade interna do MST, buscam na agricultura uma independência econômica e constroem novas relações familiares e de conjugalidades, por mais que, às vezes, tenham a rejeição por parte de determinados familiares.

O que no primeiro olhar pode parecer sufocante para as expressões de gênero e sexualidades dissidentes, o interior do ambiente rural, com uma maior rede de interconhecimento, coletivismo e uma presença mais intensa dos familiares, para esses sujeitos LGBT Sem Terra, é pensado e sentido como uma proteção contra violências e medos, sem a qual eles estariam vulneráveis.

Outro ponto muito relatado em diversas literaturas, inclusive estrangeiras (Bech, 1997; Eribon, 2008; Schiltz, 1997; Rubin, 1986), é o de que nas grandes cidades são constituídos guetos de sociabilidade de gays e lésbicas, muito presentes a partir dos anos 1960 e 1970 em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, nas quais surgiram bares, boates, jornais e grupos voltados para a sociabilidade e a militância homossexual. Ou ainda internacionalmente, como os casos de São Francisco – que chegou a ser conhecida como um “campo de refugiados” para homossexuais (Eribon, 2008) –, Paris e Berlim. Essas grandes cidades receberam não só sujeitos de sexualidades dissidentes do meio rural, mas também muitos gays, lésbicas e transexuais exilados e imigrantes.

Nesses trabalhos, as grandes cidades seriam um lugar no qual os sujeitos poderiam viver suas sexualidades de forma mais espontânea e conviver com outros homossexuais, com outros iguais, que compartilham uma experiência próxima. Como coloca o sociólogo dinamarquês Bech (1997:95), “a cidade é o mundo social próprio ao homossexual, seu espaço vital”.

No entanto, a partir das narrativas expressas ao longo das entrevistas de história de vida, percebe-se que as(os) interlocutoras(es) da rede LGBT Sem Terra rompem com esse olhar indutivo e superficial. A participação num coletivo constituído no interior dos assentamentos e acampamentos rurais do MST é retratada como uma possibilidade de formarem novas perspectivas de existência, “mais livre e abertas” (Interlocutora Beatriz, 2020), de corpos dissidentes nas zonas rurais, o que perpassa a produção de novas narrativas que envolvem o rural e o urbano. Após a formação da rede, Beatriz expõe: “agora eu posso pensar. Posso pensar em algo maior para mim aqui. Antes era difícil, não que hoje não seja, mas agora eu tenho eles (o coletivo). Isso me dá muito fôlego para viver aqui”.

Assim sendo, vale destacar os sentimentos das(os) interlocutoras(es) relacionados ao rural de uma forma geral, ao qual se remetem por meio de um conjunto de narrativas sobre alimentação, estilo de vida saudável, ausência de uma toxidade e uma lógica não destrutiva. Isso em dicotomia com o universo urbano, no qual o medo ultrapassa a barreira da violência e da repressão sexual e ganha outros contornos, como a doença, a intoxicação alimentar e o perigo (frente à pureza do rural). Dessa forma, Gisele coloca que o processo de sair da cidade e se assentar, ainda criança, foi gratificante, pois morar no sítio é para ela “paz, saúde e tranquilidade” (Interlocutora Gisele, 2020), similar ao narrado por Magrips: “O meio rural na minha infância sempre foi muito acolhedor, lugar de brincadeira, sempre gostei muito. A calma desse espaço, meu antepassado tá ali junto comigo, o aconchego. Lugar de trabalho e luta também. Não é só calmaria” (Interlocutor Magrips, 2020).

Os prazeres sensíveis por habitar esse lugar são marcantes em suas histórias de vida, como coloca Igor: “Eu gosto de ter o contato com a terra, do ambiente. Estar aqui, aqui é o meu lugar” (2020). A tranquilidade e o estilo de vida – e com destaque para a alimentação saudável – está presente em todas as narrativas, em oposição às cidades como local poluído, tóxico, agitado e

estressante, estão relacionados à militância em paralelo no interior do movimento, como a agroecologia. Beatriz coloca isso claramente:

O plantar seu próprio alimento, sem agrotóxico, agroecológico, o vento da tarde sem poluição, muito diferente da cidade grande. Aqui somos saudáveis, tranquilos. Somos calmos. Morar no meio rural para mim é não se preocupar em comer coisa com agrotóxico e escutar os cantos dos pássaros. A tranquilidade de dormir... A cidade grande é difícil, tudo tem que pegar transporte, gasta muito tempo, mas as coisas são rápidas, agitadas (Interlocutora Beatriz, 2020).

Portanto, percebem-se duas dinâmicas emocionais semelhantes: uma que coloca o rural como um ambiente de refúgio para essas(es) cinco interlocutoras(es), mais protetor e disruptivo de relações ameaçadoras; outra que aponta para as experiências violentas vividas no ambiente urbano e que marcaram esses sujeitos de forma muito nítida, como ser ofendida quando caminha pelas ruas das cidades, a convivência com um professor universitário homofóbico ou ainda a violência física. Porém, quando de volta aos assentamentos e acampamentos, esses sujeitos podem acionar uma rede de sociabilidade protetiva, o que não significa que aquele local nativo não produza sofrimentos e marcas nesses sujeitos, mas que ali elas(es) conseguem operar e assumir certo controle, destravando outras dinâmicas.

As narrativas presentes nas histórias de vida sempre remetem a uma experiência de gênero e sexualidade localizada em uma sociedade na qual os corpos dissidentes são fortemente controlados, punidos e violentados. Essa tensão em determinados espaços geográficos é narrada como uma vulnerabilidade por eles causada. A calma e a tranquilidade sentimental provocadas inicialmente ao narrar o rural são interrompidas pelo medo e a dúvida presentes ao narrar o universo urbano.

Concluindo, as(os) LGBT Sem Terra estão inseridos dentro dessas redes variadas e precisam negociar subjetiva e coletivamente essas tensões presentes. No entanto, é perceptível em suas narrativas a constituição de projetos em torno da vida no rural, da militância e do desejo da construção de relações familiares homoafetivas, monogâmicas e amorosas no interior dos assentamentos e acampamentos mineiros.

Considerações finais

Francielly, Igor, Magrips, Beatriz e Gisele. Essas(es) foram as(os) cinco interlocutoras(es) do presente trabalho, no qual pudemos compreender as constituições e transformações dos projetos de vida desses sujeitos no meio rural. A partir das entrevistas de história de vida, percebeu-se que o engajamento na rede LGBT Sem Terra alterou os projetos individuais das(os) interlocutoras(es), destacando-se a pretensão de construir famílias homoparentais monogâmicas no interior do universo rural mineiro. Ao mesmo tempo, elas(es) assumiram novos projetos coletivos pela luta por respeito à diversidade sexual e de expressão de gêneros nos assentamentos e no MST. Todas essas

transformações individuais foram seguidas por uma expansão dos debates sobre as questões e a visibilidade dos corpos dissidentes no interior do MST, muitas vezes de modo conflituoso, mas não vetado ou silenciado pelo movimento.

A adesão das(os) interlocutoras(es) ao coletivo alterou as relações familiares e com a comunidade assentada/acampada; conseqüentemente, transformou seus projetos de vida. A partir das entrevistas de história de vida, torna-se perceptível a constituição de novos projetos individuais pelas(os) LGBT Sem Terra. Esses projetos são assentados em dois eixos principais, que são: a luta e a aquisição da terra para o trabalho e a morada; e a constituição de famílias homoafetivas no interior dos assentamentos. Esse último eixo, a construção de um projeto amoroso homoafetivo e conjugal monogâmico no universo rural, é narrado como algo inimaginável para esses sujeitos até poucos anos atrás.

A partir das narrativas, conseguiu-se entender como o MST se transformou nos últimos anos; transformação essa que possibilitou a formação do Coletivo LGBT Sem Terra no seu interior, ao mesmo tempo em que as atividades do coletivo desencadearam uma série de ações que expandiram as vozes dissidentes dentro do movimento. A presença de militantes dissidentes em algumas áreas do movimento e dos assentamentos tem forçado e incomodado esse lugar dominante de masculinidade do MST. Dessa forma, o Coletivo LGBT Sem Terra vem buscando questionar, pautar e tensionar no interior dos assentamentos, dos acampamentos, do movimento e da própria sociedade o lugar que esses sujeitos de sexualidade ou expressão de gênero dissidente devem ocupar e construir vidas vivíveis.

As(os) interlocutoras(es) são sujeitos que subvertem uma estrutura social e questionam não só as bases da heteronormatividade, mas a própria ordem do sistema capitalista e a sua sedimentação na propriedade privada. Portanto, os relatos das histórias de vidas desses sujeitos revelam não apenas questões em torno dos seus corpos dissidentes, mas também de outros temas amplos da vida social.

Ao mesmo tempo, ao aderirem ao coletivo, elas(es) assumem também um projeto coletivo, que aparece como o afirmamento de uma luta contra discriminação dos corpos dissidentes no interior do movimento e dos assentamentos/acampamentos. Além de levantar uma bandeira de luta contra determinados preconceitos, esses sujeitos buscam a formação de uma rede de apoio e de amizade a partir do Coletivo LGBT Sem Terra. Esse projeto coletivo é construído e reafirmado por esses sujeitos, mas sem abandonar o outro projeto coletivo do próprio MST, que é a luta pela terra e a busca por ser assentado.

Concluindo, as(os) interlocutoras(es) habitavam muitas vezes espaços de abjeção e negação de suas sexualidades ou expressões de gênero, mas, com a formação de uma rede, conseguiram assumir *status* diferenciados tanto no interior do MST quanto nas próprias experimentações

subjetivas individuais. Promovendo deslocamentos e desencaixes com as suas performatividades, elas(es) conseguem lidar com as vulnerabilidades impostas coletivamente, seja com a aceitação interna do grupo (quando a mesma não é encontrada no interior dos assentamentos ou da família), ou ainda com a comunhão das experiências comuns da descoberta, da vergonha, das violências e da aceitação. Coletivamente, esses sujeitos dissidentes vêm transformando essas vivências, ou sobrevivências, em forças políticas e de resistência aos regimes normativos socialmente dados, buscando construir novas relações, noções de famílias e formas de conjugalidades no interior do universo rural. Assim sendo, seria oportuno em futuras pesquisas buscar compreender se tais projetos de vidas também estão presentes em sujeitos com sexualidade e/ou gênero dissidente que vivem no meio rural, mas que não fazem parte de movimentos sociais.

Referências

- ATKINSON, Robert (2002), “The Life Story Interview”, in F. Jaber, A. James e A. Holstein (Orgs.), *Handbook of Interview Research*. Thousand Oaks, Sage, pp. 121-140.
- BECH, Henning (1997), *When Men Meet. Homosexuality and Modernity*. Chicago, The University of Chicago Press.
- BRANDÃO, Ana Maria (2007), “Entre a vida vivida e a vida contada: A história de vida como material primário de investigação sociológica”. *Configurações*, n. 3, pp. 83-106.
- DUARTE, Bruno M.; DOULA, Sheila M.; SILVA, Douglas M. da (2020), “Do vermelho ao arco-íris: as representações sobre o movimento LGBT nas mídias do MST”. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, v. 2, pp. 246-271. [Consult. 20-06-2023]. Disponível em <https://doi.org/10.22409/antropolitica2020.i49.a42043>
- ERIBON, Didier (2008), *Reflexões sobre a questão gay*. trad. Procópio Abreu. Rio de Janeiro, Companhia de Freud.
- FERREIRA, Paulo R. da S. (2006), *Os afectos mal-ditos: o indivisível das sexualidades camponesas*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). PPGA-UnB, Brasília.
- FOSTER, David W (2001), “Consideraciones sobre el estudio de la heteronormatividade em la literatura latino-americana”. *Letras: Literatura e Autoritarismo*, n. 22, pp. 45-71. [Consult. 20-06-2023]. Disponível em <https://doi.org/10.5902/2176148511823>
- GOFFMAN, Erving (1998), *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4a ed. Rio de Janeiro, LTC.
- GONÇALVES, Renata C (2005), *Vamos acampar? A luta por terra e a busca pelo assentamento de novas relações de gênero no MST do Pontal do Paranapanema*. 330f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP).
- KOURY, Mauro G. P. (2009), *Emoções, sociedade e cultura: a categoria de análise como objeto de investigação na sociologia*. Curitiba, Editora CRV.
- LALANDA, Piedade (1998), “Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica”. *Análise Social*, v. 33, n. 148, pp. 871-883.
- MAGALHÃES, Pedro M. de M. (2017), *Terra, amor e existência: sobre a atuação do coletivo LGBT do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Trabalho de Conclusão de Curso. 225f. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília.

- MAGRINI, Pedro R. (2015), *Produção acadêmica sobre o MST: perspectivas, tendências e ausências nos estudos sobre gênero, sexualidade, raça e suas interseccionalidades*. 378 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis (SC).
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (2014), *Manifesto da Juventude Sem Terra*. Brasília, MST.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (2017), *Caderno de Formação Nº 5: Diversidade Sexual no MST - Elementos para o debate*. São Paulo, Setor de Gênero.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (2019a), *A cultura drag e a resistência LGBT*. Youtube. 05min46s. [Consult. 06-07-2020]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=eQHnOr3fwgw&t=57s>
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (2019b), *Nós não voltaremos para o armário*. [S. l.: s. n.]. [Consult; 11-07-2020]. Disponível em <https://mst.org.br/2019/03/27/nos-nao-voltaremos-para-o-armario/>
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (2020a), *LGBT Sem Terra: o amor faz revolução*. Youtube. 12min02s. [Consult. 06-07-2020]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=04MnkQdV0Js>
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (2020b), *Quem somos*. [S. l.: s. n.]. [Consult; 11-06-2020]. Disponível em <https://mst.org.br/quem-somos/>
- RUBIN, Gayle (1984), “Thinking Sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality”, in C. Vance (Org.). *Pleasure and Danger*. New York, Routledge and Kegan Paul, pp. 267-319.
- SEDGWICK, Eve K. (2007), “A epistemologia do armário”. *Cadernos Pagu*, v. 28, pp. 19-54 [Consult. 06-07-2020]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100003>
- SEVERINO, Antônio J. (2007), *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo, Cortez.
- SCHILTZ, Marie-Ange (1997), “Parcours de jeunes homosexuels dans le contexte du VIH: la conquête des modes de vie”. *Population*, v. 52, n. 6, p. 1-503.
- VELHO, Gilberto (2010), “Metrópole, cosmopolitismo e mediação”. *Horizontes Antropológicos*, v. 16, n. 33, pp. 15-23 [Consult. 06-05-2023]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-71832010000100002>
- VELHO, Gilberto (2003), *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- VELHO, Gilberto (1986), *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

Rcebido em 16-01-2023
Modificado em 23-03-2023
Aceito para publicação em 20-06-2023